

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

02 DE AGOSTO DE 2006

PRESIDENTE	- JOSÉ LOPES SILVANO
VEREADORES PRESENTES	- MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES - MARIA GENTIL PONTES VAZ - HERNÂNI FERNANDO RODRIGUES - JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA
VEREADORES AUSENTES	- NUNO MANUEL MACEDO PINTO DE SOUSA - ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO
SECRETARIOU	- ÁUREA DO AMPARO PEREIRA – CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO AOS SERVIÇOS OPERATIVOS
HORA DE ABERTURA	- 09 HORAS
ACTA DA REUNIÃO DE 24 MAIO	- APROVADAS POR UNANIMIDADE DISPENSANDO A SUA LEITURA POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA FOTOCÓPIA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO.
OUTRAS PRESENÇAS	- ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE - JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS - MARIA ADELAIDE FERNANDES – DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
LOCAL DA REUNIÃO	- PAÇOS DO CONCELHO - SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

Actas.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Queria referir que as actas do mês de Junho foram-nos enviadas para correcção no dia 21. Solicitei, através de requerimento, o CD de gravação da reunião para pudermos efectuar convenientemente as devidas correcções. O mesmo foi-nos negado alegando que o CD só nos seria entregue após as entregas das actas corrigidas, quando o nosso objectivo era, somente, ajudar na elaboração e precisão dos assuntos tratados. No entanto espero que a promessa seja cumprida e que nos seja concedido o devido instrumento de gravação e desta forma não para correcção, mas para comparação.

Perguntamos qual o objectivo desta situação? Será o que muita gente diz por aí, que procura encobrir e omitir algumas situações e posições incómodas, que os vereadores da oposição lhe colocam? Aliás, o Dr. Silvano afirmou, que nos seria facultado a seu tempo um CD para pudermos efectuar as respectivas correcções!...Pergunto, então o porquê da alteração de comportamento?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Aos Senhores Vereadores da Oposição eu até facultei o CD da reunião contra o parecer jurídico, que dizia que só depois da gravação para que não pudessem ter qualquer dúvida sobre aquilo que se tinha dito, até lhas mandei fornecer no dia da Assembleia Municipal em mão, tal é o desprendimento deste Executivo, e logo que as actas estejam prontas que seja fornecido o CD aos Senhores Vereadores da Oposição, para que além de poderem coleccionar poderem ver tudo o que lá está.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Pretendemos é que os assuntos que são tratados aqui sejam fielmente retratados nas actas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se acha que não estão vota contra, ao votar a favor é porque acha que estão.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Os pareceres podem ser efectuados à medida da conveniência, lembre-se que eu também sou consultor e sei como isso funciona. Aliás eu até falei com alguns advogados desta cidade, que me indicaram o contrário deste parecer, um deles até já o apoiou em antigas eleições.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Fico muito triste, porque quando tenho técnicos sejam eles juristas, engenheiros ou arquitectos, confio que os pareceres sejam o mais objectivo possível, se os seus podem ser dados de diversas formas isso os advogados também podem é uma coisa que eu fiquei a saber pela primeira vez, mas que aceito perfeitamente.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu continuo em dúvida sobre a questão que coloquei, a partir deste momento os CD's das gravações ser-nos-ão entregues depois da correcção das actas, é isso?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Logo que a acta esteja feita, antes de vocês a votarem, ser-lhes-ão fornecidas imediatamente. Houve aqui há duas semanas uma deliberação com proposta do Senhor Vereador do CDS/PP que nos pôs essa questão, e nós decidimos que logo que a acta estivesse pronta, para vos enviar para vocês corrigirem, que podiam ser mandados também os CD's, portanto se ainda não chegaram essas actas é porque ainda não chegaram os CD's, podem-na corrigir junto com o CD. Há uma coisa que eu não percebo, é como é que vocês querem os CD's e ao mesmo tempo depois querem corrigir aquilo que dizem, porque todas as frases que estão gravadas, depois da correcção que mandam para a Câmara, vocês modificam-nas todas. São os únicos, nós nem lhe mexemos.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu acredito que sim, e sei porque é que não mexem. O que ficou combinado aqui é que as actas seriam corrigidas em termos de português, aliás em primeira reunião após as gravações, o Dr. Silvano referiu isso, que podiam ser corrigidas as actas relativamente ao português.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu dei-lhes essa oportunidade. Nos deixamos ficar exactamente como está.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Qual é o objectivo de ceder o CD antes da aprovação e depois da acta estar corrigida? O parecer não é isso que indica, o parecer diz que era depois da correcção, de estarem aprovadas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O parecer, o que diz é que as actas só devem ser fornecidas depois de aprovadas na Câmara, e o que está a pedir à Câmara e eu estou-lhe a dizer que é concedido, que é para não ter dúvidas depois de aprovada, pode ler o CD e ouvir, antes de votar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Se o parecer indica naquela medida nós vamos aceitar o parecer, não queremos outras situações de prevalência.

----- O Senhor PRESIDENTE perguntou: Então quer que seja cumprido o parecer e que o CD só seja fornecido depois da acta aprovada na reunião de Câmara?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES respondeu: Para comparação com a acta corrigida.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Se me permitem e na sequência da última reunião, em primeiro lugar quero-me congratular com a situação das grelhas na Ponte Açude.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, eu conversei com alguns praticantes de skate, se bem se recorda na última reunião, tinha ficado assente que eu sugerisse um local, e então eles sugeriram a colocação da pista para a prática desta modalidade ali junto à Piscina Coberta e ao Pavilhão do Inatel, pelo que fica aqui então o desafio. Ainda na sequência da última reunião eu visitei alguns postos de venda e não consegui comprar o jornal Primeiro de Janeiro, portanto, não sei onde é que os tais mil e quinhentos leitores de Mirandela o adquirem, eu não consegui. Gostaria ainda de verbalizar a preocupação de muitos mirandelenses por questões relacionadas ao ambiente suponho que é importante a nível local usar campanhas de sensibilização para a reciclagem nomeadamente, junto de cafés e de restaurantes. Tenho reparado que a maior parte desses estabelecimentos não faz a selecção dos lixos, ou porque não foi alertado ou porque não têm acessibilidade a um Ecoponto, o que eu proponho é uma forte campanha de sensibilização, tomando ou não algumas medidas, como por exemplo a distribuição de sacos diferenciados junto destes mesmos estabelecimentos de bebidas. Proponho ainda a colocação de mais Ecopontos pelo concelho e esvaziamento dos recipientes com maior frequência.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Quanto à pista de skate acho que é uma boa sugestão e gostaria que ficasse em acta, eu vou aceitar a proposta feita pela Senhora Vereadora. Acho que é um bom sítio. Quanto ao leitor do Primeiro de Janeiro eu peço-lhe que faça uma carta ao conselho de administração e pergunte quantos são distribuídos em Mirandela, porque se o Senhor Vereador disse esses números é porque tem conhecimento. Em relação ao ambiente, gostaria de lhe dizer que não é da minha responsabilidade nem da Câmara as acções de sensibilização, é evidente que as podemos fazer, mas a duplicar custos porque a empresa de Resíduos do Nordeste neste momento tem essa função e eles têm um estudo feito de mercado e nesse domínio gostaria que esta acta também lhe fosse entregue para saber se neste domínio têm ou não um estudo feito e vamos ficar de ver se a Câmara pode ou não entrar, porque nós já pagamos neste momento no mínimo, se eu lhe disser entre Ecopontos, limpeza, resíduos e outras situações cerca de cento e oitenta mil euros por mês só para recolha e tratamento de lixo, é evidente que se podem pôr mais, só que eles fazem as contas de quantos Ecopontos de quantos contentores, durante o verão é uma época um pouco mais complicada. Mas vamos verificar essa situação, mas como estamos a falar de uma sociedade anónima a Câmara só pode apenas dar sugestões.

----- O Senhor Director do Departamento de Fomento e Infra-Estruturas Eng.º GUEDES MARQUES disse: "A factualidade exposta pela Senhora Vereadora Dr.ª Graça Calejo na reunião de 19 de Julho é inquestionável, e confirma-se que faltavam inúmeras grelhas nas sarjetas da Ponte Açude.

Tão rápido quanto possível, essas sarjetas foram repostas.

Às perguntas colocadas de :

- Porque razão estão aqueles buracos desprotegidos e porque razão não foram as 16 grelhas repostas – a resposta possível é que, assim que se conhece o problema se diligencia na resposta tão rápida quanto possível. Não havia até à data o conhecimento da situação, pelo que, não tinha ocorrido nenhuma diligência. Não será fácil apurar desde quando faltavam tais sarjetas mas deve ficar o alerta, mais uma vez, do continuado problema respeitante a faltas de sarjetas e tampas de saneamento.

Há alguns meses atrás faltaram 38 tampas de saneamento do Loteamento a jusante da Ponte Açude promovido por Ruivo & Pires.

Há pouco tempo as grelhas das sarjetas do Parque do Império foram atiradas ao Rio.

Estes são episódios recentes que apenas confirmam o que vem acontecendo, com frequência, e que dificilmente é detectado pelos serviços quer para a participação policial quer para a reposição devida.

Como proposta, no sentido de minimizar estas situações, deveria determinar-se que todos os elementos em ferro adquiridos pela Câmara ou aplicados em loteamentos fossem “timbrados” com o nome de C.M.MIRANDELA.

Foi, por isso, de total oportunidade a informação da Senhora Vereadora no sentido de resolver uma situação que a qualquer momento se poderá repetir.

À consideração superior.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Evento Cultural.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES disse: Quero felicitá-lo por ter organizado um brilhante evento cultural no cenário idílico nas margens do Rio Tua aquando da apresentação do campeonato de Jet Sky, e em especial felicitá-lo pela Orquestra da Escola de Música pela sua brilhante actuação, através da pessoa da Dr.ª Gentil.

Embora assinalando aqui dois factos negativos nesta organização que poderão ser corrigidos no futuro:

- Em primeiro, que toda a campanha de marketing que foi desenvolvida foi assente no facto desta cidade ser a Capital Mundial de Jet Ski, mas havia placards referindo que era Capital Europeia. Afinal em que ficamos? Sugerimos que tenham mais cuidado com os slogans, já que algumas pessoas já gracejavam com esse facto, e podem descredibilizar todas as iniciativas que venham a desenvolver. Não se esqueça que uma das questões mais importantes num plano de marketing é a confiança.

- Em segundo, deveria ter mais alguma reserva e procurar não querer só para si, todo o protagonismo, e endossar algumas iniciativas aos outros Senhores Vereadores, como por exemplo na apresentação da 6.ª Mostra de Produtos Regionais, e na apresentação da revista Ouro Virgem, onde nos órgãos de comunicação social, apenas vemos lá o Dr. Silvano. Ahamos negativo, ainda mais quando este pelouro nem lhe pertence, pelo que lhe ficaria bem, deixar ter alguma visibilidade aos outros elementos da sua equipa, nós e todos os Mirandelenses iriam aplaudir. Pese embora o sucedido, não encobriu o sucesso deste evento. Como não tive oportunidade de estar presente na apresentação revista “Ouro Virgem”, gostaria de solicitar um exemplar.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Quanto ao fornecimento das revistas acho que é possível entregar-lhe um exemplar, a Dr.ª Madalena tem um protocolo para fornecer a todos Vereadores da Câmara. Em relação ao que gracejava quanto à Capital Europeia/Mundial, escusava de o dizer que foi o senhor próprio o arauto dessa graça, no meio daquela situação toda. Quem estava ao seu lado pode confirmá-lo. É que em Mirandela decorre o Campeonato de Jet-Ski e a Taça do Mundo de Jet-Ski, quer o Senhor goste quer não goste, é assim. Em relação à Câmara Municipal e aos meus Vereadores, nós tivemos uma reunião e entendemos todos, que nas acções da Câmara só aparece o Presidente é o que está na Lei.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Campo de Futebol da Freguesia do Franco.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES disse: Nós sabemos que dá grande importância às questões de segurança. Fui alertado para o facto de haver no Franco, um Campo de Futebol, onde existe quatro postes que estão em perigo de cair, e para que não aconteça qualquer desgraça, gostaria que pudessem apurar os factos e procederem à devida resolução. Já agora também lhe perguntava, relativamente ao assunto que trouxe numa das anteriores reuniões se já resolveram a segurança das balizas na freguesia do Franco?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Em relação ao Franco, aquilo a que se refere se lá for ver e se a fotografia do jornal está bem tirada, não é do campo de futebol do Franco, o que se refere são em relação aos postes daquele bairro do lado esquerdo da estrada. Era um campo antigo que lá havia, que é particular hoje e que é da responsabilidade da Junta de Freguesia que já foi alertada várias vezes para retirar aqueles postes, penso que há ali uns problemas entre a Junta de Freguesia e proprietários dos terrenos, aquilo é um perigo e não faz sentido estarem ali esses postes, por isso devem ser retirados o quanto antes. Em relação às balizas que se referia essas sim, são no campo de futebol actual, no polidesportivo, junto ao Lar, as balizas foram retiradas, para serem colocadas outras novas. Mas o problema ainda não está resolvido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Reconhecimento do mérito de alguns Mirandelenses.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES disse: Nós sentimo-nos na obrigação moral e ética de fazer da política não um jogo de retórica, mas com o objectivo central de servir as pessoas, porque as populações para nós são o centro de toda a nossa acção política.

Quero aqui vincar bem o nosso sentido de responsabilidade e referir que me tendo sido feito um repto, na última reunião, de trazer a este órgão indicação de alguns nomes de pessoas dignas de reconhecimento neste concelho. Pela importância que deve ser dada a esta situação e até para não esquecer ninguém de reconhecido mérito neste concelho, estamos a analisar este facto, pelo que em tempo oportuno será apresentado, neste órgão, todos os nomes que no nosso entender são merecedores de tal reconhecimento.

Estaremos assim a corrigir o esquecimento de pessoas e reconhecer-lhes o merecido mérito.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Sobre isso gostaria de dizer uma coisa, é melhor consultarem o regulamento que existe aprovado por unanimidade da Câmara e da Assembleia Municipal sobre a atribuição de medalhas de bronze, ouro e prata aos cidadãos mirandelenses em que tem lá quais as condições e isso foi aprovado por unanimidade, quais as condições, quais os requisitos, quais os critérios e como é que se procede para poderem trazer perfeitamente à vontade, não confundindo atribuição das medalhas de ouro, prata e bronze de mérito da Câmara Municipal com deliberações da Câmara de mérito a quem ou à instituição que entender desde que a Câmara vote e este regulamento está em vigor há sete anos, a Câmara já homenageou por este regulamento, o Rancho Folclórico de Santiago, a Banda de Música, o C.T.M., o Sport Clube de Mirandela e o Doutor Rafael, esses já foram homenageados por este regulamento e por esta medalha em termos gerais, é evidente que há-de haver inúmeros mirandelenses, qualquer Vereador da Câmara e qualquer cidadão de Mirandela pode propor, desde que obedeça aos critérios que estão no regulamento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Gabinete de Apoio ao Emigrante.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Queria felicitá-lo por ter criado o Gabinete de Apoio ao Emigrante, embora sugerindo que na sua publicidade se focalize melhor no público o alvo a atingir, no sentido de atingir com mais impacto as acções efectuadas, isto é, desenvolver acções de mais eficácia e eficiência.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Esse agradecimento só diz em parte respeito à Câmara porque é obrigatório, é feito e foi dinamizado. Quantos aos assuntos consulares, a Câmara só trabalha em parceria e cumpre apenas os requisitos. A Secretaria de Estado da Emigração, propõe. Eles fizeram isso numa altura em que as Câmaras contestaram, que foi quando acabaram com a Direcção Geral dos Serviços Consulares nos distritos e puseram nas Câmaras este papel, isto é, em parceria, e esse agradecimento na sua grande parte é da Direcção Geral dos assuntos Consulares e não da Câmara Municipal, embora a Câmara tenha parceria no projecto.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Livro de Reclamações nas Autarquias Locais.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Queria perguntar se já possuem o Livro de Reclamações na autarquia?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Obrigatório há muito tempo, perfeitamente legal, agora é obrigatório. Já existem os livros todos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Situação da revisão do PDM.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Como está a situação da revisão do PDM? Eu entendo que existem muitas dificuldades para ultrapassar nalgumas instituições, nos seus processos burocráticos. O que têm feito, concretamente para poder ser acelerada esta iniciativa, de planeamento e ordenamento do território, já que é estruturante para o desenvolvimento deste concelho, dado que muitas iniciativas estão paradas à espera da sua aprovação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: A única coisa que lhe posso dizer é que estivemos três anos à espera de cartografia, com um concurso pela Associação de Municípios para os cinco Municípios. Cartografia actualizado de um, por dois mil e de um por dez mil, porque sem isso não podemos fazer nada. Como podemos fazer muitos instrumentos de trabalho se a cartografia for desactualizada não serve rigorosamente para nada, sei que já foi entregue mas ainda nem sequer está certificada. Está para certificação, espero que depois desse problema resolvido o PDM de Mirandela entre em velocidade de cruzeiro.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

A esquadra da PSP de Mirandela.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Quero felicitá-lo pelo facto de ter apurado junto do Ministro da Administração Interna, aquando da sua vinda ao Distrito. No entanto, temos informações que até Dezembro não existirá qualquer decisão sobre a permanência da Esquadra da PSP nesta cidade.

Todos terão que saber que esta situação já poderia ter sido resolvida à muito, caso o Senhor Presidente. tivesse agido de forma determinada em tempo oportuno para a construção do quartel da PSP, que já se arrastava há longos anos, e que caso

tivesse sido construído, neste momento com o pretexto do dinheiro gasto nessas instalações, acabaria por legitimar a permanência da instituição na cidade. Assim, colocou-se em risco a sua saída!... Não acha?...

Estamos numa altura privilegiada, em que podemos actuar para obrigar o Ministro da Administração Interna pela permanência da PSP na cidade. Para isso basta que se criem condições físicas sem que se gaste muito dinheiro. Para isso basta fazer simples ajustes que não implicam grandes somas de dinheiro, mas poderão ser eficazes para a sua permanência aqui, já que este facto poderá ser um importante trunfo político. Assim propomos-lhe uma simples troca:

- A PSP passa para o edifício da Telecom, já que o mesmo tem capacidade para albergar esta instituição;
- E o gabinete do município que pretendem vir a criar, e ser instalado em edifício adquirir a preços exorbitantes, passaria, depois de umas simples adaptações de instalações, para o edifício onde actualmente está instalada a PSP.

As actuais e futuras tendências em termos de gestão empresarial são para a concentração de espaços e não dispersão, uma vez que os existentes situam-se junto de todas as instalações da Autarquia e a futura aquisição do imóvel seria consequentemente afastada.

E perguntamos o porquê de não ter accionado esta situação há já mais tempo, e ter poupado a PSP de Mirandela das vergonhas das parangonas de jornal de ser uma das piores instalações do país?

Pelo que lhe sugerimos que tome esta sugestão como razoável e não prejudique mais uma vez todos os Mirandelenses, correndo o risco de colocar em causa a permanência da esquadra da PSP nesta cidade. Estas alterações traziam benefício económico e social à Autarquia para além de poupar algum dinheiro à mesma.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Muito bem Senhor Dr. Hernâni, tem uma filosofia que no seu entendimento é correcta. Há seis anos já foi lembrada por outros e acham-na completamente incorrecta. Em primeiro lugar não sabia que estando o Senhor na Câmara e se pudesse mandar o Senhor substituiria o Estado ou a sua força política para fazer instalações para a P.S.P., é uma coisa que eu fico a saber e que acho importante que quando, seja pelo CDS/PP ou por outro partido qualquer, e portanto, fico contente um dia que possa estar na Câmara Municipal consiga ainda ter responsabilidades e competências para fazer edifícios que não são da competência da Câmara Municipal e em relação a isso fico extremamente contente que o faça. Os edifícios da P.S.P. só podem ser construídos em PIDAC e pelo Estado, não podem ser pela Câmara. O Senhor Vereador tem um amigo pessoal que de vez em quando está consigo e bem, que o pode informar que há mais de cinco anos foi proposta à P.S.P. a troca das actuais instalações para as antigas instalações dos Bombeiros Voluntários, que na altura não estavam ocupadas, que até tinham local de estacionamento e o Senhor Comissário entende assim como eu entendo e como entendeu o Senhor Governador Civil da altura, que isso era dar um trunfo ao Governo para não construir o Quartel da P.S.P., quando o Governo tivesse resolvido momentaneamente o problema da P.S.P. nunca mais ligava ao Quartel da P.S.P., foi esse o nosso entendimento e por unanimidade entre todos achamos que não dando essa possibilidade obrigamos o Governo a andar mais rapidamente. A Câmara Municipal já deu um terreno com 6.000 m² no centro da cidade, no loteamento da Quimigal, comprou-o pura e simplesmente para fazer o Quartel da P.S.P., portanto, só não há Quartel se a P.S.P. não ficar em Mirandela. A verdadeira razão porque não há Quartel da P.S.P. é porque não está decidido se esta fica em Mirandela.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Relatório Social.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu já previa esta situação, que não trouxesse o relatório. Já que não têm sensibilidade para enfrentar as matérias sociais, sugeria-lhe que solicitasse apoio ao conselho local de acção social para poder resolver estes e outros problemas do género, tão prementes, às pessoas mais desfavorecidas.

Deveria ter mais respeito por pessoas que enfrentam problemas sociais graves, o Senhor Presidente deveria estar na primeira fila a procurar ajudar a resolver estes problemas, e fica-lhe muito mal esconder-se e meter a cabeça na areia. Não dá importância a estes factos sociais? Ou só lhe dá importância na altura das eleições?

Estes aspectos embora não lhe pareçam que estão interligados com outros âmbitos.

Quero-lhe dizer que o nosso papel aqui é de fiscalizar o Executivo, mas também de o ajudar, agora o que é lamentável, é que não estejam disponíveis a ser ajudados, porque quem perde com isso são as populações, especialmente as mais carenciadas, e nos casos graves, todos os esforços são poucos. O Senhor Presidente achava bem ser abandonado em altura que mais precisasse?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso nem merece resposta, os mirandelenses que estão nessas situações saberão dizer-lhe qual é a pessoa nesta Câmara que tem mais sensibilidade social e nas alturas próprias vão-lho demonstrar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu trago-lhe aqui um assunto isolado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Sobre o seu assunto isolado, não lhe respondo, primeiro porque eu sou o presidente do Conselho de acção social local e o Senhor Vereador deveria lá estar que era para poder ver se forem precisos quinhentos mil contos o Senhor Vereador dava cem mil, se perguntar ao Conselho de Acção qual é a alternativa a ver se eles têm o dinheiro para dar, o Senhor Vereador não percebe nada disso, segundo faça as perguntas que quiser que quanto a isso os mirandelenses que estão em situações degradadas, a sua grande maioria saberão nesta Câmara dizer quem tem mais sensibilidade. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

----- A Senhora Chefe de Divisão de Apoio aos Serviços Operativos D. ÁUREA PEREIRA autorizada a intervir disse: Em relação a esse assunto, falei com a assistente social e ela disse-me que precisava do nome completo, para saber quem é a pessoa, portanto, se nos der o nome completo ela faz o relatório.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Ela deve saber quem é.

----- A Senhora Chefe de Divisão de Apoio aos Serviços Operativos D. ÁUREA PEREIRA autorizada a intervir disse: Não, não sabe não.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Sabe, sabe. A Dr.ª Manuela não sabe?!

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É que se calhar o Dr. Hernâni não sabe que nesta Câmara podem haver vinte ou trinta casos ainda mais graves que o que levantou.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Era precisamente isso que eu lhe ia sugerir. Agora, era que me disse-se quais são, perante o diagnóstico que fez, o relatório que desenvolveu.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Está tão preocupado com o relatório e não é capaz de ainda saber que existe um relatório feito na Comissão que agora é obrigatória, eu fico espantado, da rede social que tem lá discriminados um a um, os casos graves.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas era esse relatório que eu pedia.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Como Vereador acho que o devia ter procurado, porque tem lá pessoas ligadas a todos os sectores, à sua Assembleia Municipal, que já os receberam.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas eu estou-lho a pedir agora ao Senhor Presidente, não fui pedir à rede social, mas estou-lho a pedir agora ao Senhor Presidente.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu forneço-lhe o relatório, 75 membros sabem e alguns do CDS/PP.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Porque eu quero ver a gravidade dos problemas que existem. Se nesse relatório estão lá os casos, eu quero ver a gravidade disso. Isso é alguma base de dados, onde está inventariado todos estes casos?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Depois de ler o relatório, põe as perguntas, antes disso não vale a pena.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: então o Senhor Presidente já o leu?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Mas se que o Senhor Vereador o ler, eu não respondo às perguntas porque está a fazer perguntas repetidas.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu vou-lhe dizer que não estou a fazer perguntas repetidas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Tudo bem.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Queria fazer uma abordagem às problemáticas sociais do concelho, nomeadamente solicitar o seu Plano de Desenvolvimento Social para o concelho!...

Solicito o Diagnóstico das problemáticas sociais do concelho.

Quais os objectivos propostos este ano para o âmbito da acção social através de objectivos gerais e específicos?

Assim como as Linhas Estratégicas de Intervenção (linhas orientadoras do Plano).

Bem como a Definição de Mecanismos de Avaliação nos apoios sociais.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Quando o Senhor Vereador desconhece o relatório de acção social, feito por um conselho de acção social que engloba, como Vereador tinha obrigação de o conhecer. A Autarquia já não trabalha sozinha em termos de acção social, o próprio Governo já entendeu que isso só com responsabilidades partilhadas e de responsabilidades de tal maneira amplas, o Governo há dois anos mandou fazer um plano de acção social, feito por uma rede, que se inclui na rede de que todos os Municípios têm que ter de social que têm, o levantamento, a metodologia, o diagnóstico, o pré-diagnóstico, as soluções e que já entregou tudo isso aprovado por unanimidade, no conselho local de acção social. Já estão a ser financiados esses estudos pelo Governo e a partir de 2007 serão tratadas com todos os parceiros, porque só um não resolve nada, todos os casos detectados. Isto é o nosso projecto de acção social, não é só o nosso, é o nosso em conjunto com todo o conselho local de acção social, que abrange setenta e duas entidades do concelho de Mirandela, inclusive todas as instituições ligadas a esta problemática, segurança social, emprego, saúde, Câmara Municipal e outras, depois de ler o relatório acho que ficará mais elucidado.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Aliás essa questão muito bem retratada pelo Governo, porque isso traz vantagens em termos de benefício social de maior eficácia e da partilha de informação entre os vários parceiros. Estando isso em cima da mesa, que há as tais partilhas entre os parceiros, eu perguntava quais são os critérios que tem para as atribuições de algumas situações que ultimamente têm desenvolvido e que nós não entendemos?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Senhor Vereador, a partir deste momento não há mais planos subjectivos, nem do Presidente nem dos vereadores, existe do conselho local de acção social, porque nada pode ser feito no conselho, nenhum equipamento sequer, em nenhuma instituição, em nenhum apoio, sem a votação no conselho local de acção social.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Assim já nos entendemos, isto vem justificar o porquê destas perguntas, se a partir deste momento as coisas são tratadas dessa forma.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Senhor Vereador até deve saber explicar melhor que eu quais eram os critérios.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Isso é uma suspeição que levanta aqui.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não é uma suspeição, antes pelo contrário, é uma questão líquida, o Senhor está a dizer que não confiava, eu estou-lhe a dizer que quem tinha esse Pelouro o Senhor Vereador trabalhou três anos com ela, deve saber até melhor do que eu quais são os critérios.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Agora o Senhor Presidente desarmou-me, desarmou-me porque eu fiquei estupefacto com tal afirmação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Senhor Vereador acaba de me dizer que os Vereadores da Oposição até aqui não confiaram, não compreenderam como é que foram tomadas as decisões, eu estou-lhe a dizer que há doze anos esse Pelouro foi feito nesta Câmara e desempenhado por um Vereador específico, O Senhor Vereador trabalhou três anos com esse Vereador, deve saber melhor do que eu quais foram os critérios.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Se o Senhor Presidente diz que qualquer situação é tomada tendo em conta o conselho local de acção social, eu fico satisfeito com os novos modelos, embora essa situação não tenha sido tomada por iniciativa sua mas por arrastamento para essa situação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: A Câmara a partir de agora não tem mais nada a ver com isso, só o conselho local de acção social. Esta iniciativa foi tomada pelo país inteiro.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Fico feliz que os novos modelos estejam a imperar, afinal não dá justificação à sua primeira ideia que eu não percebia nada disto.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu não disse que o Senhor não percebia, eu só disse que se eu fosse Vereador, fosse de que força política fosse, mal ouvisse falar que há nove meses já anda em desenvolvimento um plano de rede social, eu era o primeiro a já o ter consultado quando tenho nessa rede social forças quer políticas quer económicas ligadas a mim próprio. Eu às vezes também tenho que procurar a informação.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Pois, e é isso que nós procuramos aqui também, é procurar informação, muitas vezes a informação é-nos negada.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É pedir ao núcleo executivo da rede social que forneçam todos os diagnósticos pré-diagnósticos, estudos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente a um assunto para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que também nos preocupa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte organizou sobre o impulso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, coordenador nacional da estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e representação de Comissão Europeia em Portugal, organizou uma audição regional no norte de Portugal de carácter público sobre as principais estratégias nacionais de desenvolvimento que teve lugar no dia 01 de Junho no Porto, gostaria de saber se alguém esteve presente representando a Câmara Municipal de Mirandela?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Senhor Vereador está mal informado, já foram efectuadas cinco reuniões de audição pública, sobre o PROTE, onde uma foi só com Presidentes de Câmara onde eu estive presente, outra foi com os Presidentes de Câmara e sociedade civil que também estive presente, e outra foi sobre organização territorial e eu como sou do Conselho Consultivo da Região Norte também estive presente. Nesta última que houve sobre divulgação pública não estive presente ninguém de Mirandela, porque havia cerimónias em vários municípios de Mirandela nesse dia, esteve o Senhor Presidente da Associação de Municípios da Terra Quente a representar alguns Presidentes de Câmara, onde trouxe os respectivos documentos necessários e o documento que foi apresentado já teve a participação na sua elaboração, de todas as Câmaras presentes do norte.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente à situação do sector turístico, penso que também é Pelouro do Dr. Silvano.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não, é do Senhor Vereador mais seu amigo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Nós aqui somos todos amigos. Ou não encara dessa forma?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não discuto isso. O Senhor Vereador é que estava a dizer há pouco que há Vereadores que podiam ter a certeza, é nesse aspecto, mais nada.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Então eu vou-lhe trazer aqui um amigo, que penso que é de todos os mirandelenses. O nosso turismo, e passo a citar: “É um dos recursos que temos e é a maior indústria que podemos vir a ter”, sabe quem é que dizia isto?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é uma grande descoberta, se disser o nome é uma descoberta notável. Eu acho que não há nenhum mirandelense que não diga isso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Isto foi proferido em tempos anteriores pelo Dr. José Augusto Gama.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu acho que não há nenhum mirandelense que não diga isso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Está bem, mas uns podem dizer outros podem desenvolver. Tendo em vista estas palavras doutrinárias, poderia referir-nos, caso existam alguns dos traços gerais das suas medidas políticas ao nível do turismo para o concelho, dado que são estruturantes, no meu ver em termos de concelho este sector.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Só nestes 15 dias pode ler 9 jornais onde vêm as minhas ideias todas sobre isso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Quais são os jornais, que eu agora quero compra-los todos.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: A “Voz do Nordeste”, “Mensageiro de Bragança”, “Nordeste”, “Terra Quente”, “Notícias de Mirandela”, “Primeiro de Janeiro”.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Tem espaço para por lá as suas entrevistas? Também é regional o “Primeiro de Janeiro”?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Eu estou-lhe a dizer vários, não estão só nos jornais regionais.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Hoje já não faço mais perguntas, depois de ler essas entrevistas eu vou ficar elucidado sobre o assunto.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia – Informação do Senhor Presidente.

01/01 – Justificação de Faltas.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES referiu que relativamente ao Arq.º Nuno de Sousa, não pode estar presente por questões pessoais.

----- O Senhor PRESIDENTE informou também que o Senhor Vice-Presidente não podia estar presente por se encontrar em gozo de férias.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos Senhores Vereadores ausentes.

01/02 – Aprovação da Acta de 24 de Maio.

01/03 - Informação Financeira.

Em cumprimento de Deliberação do Executivo de 18 de Janeiro de 2006 sob Proposta do Senhor Vereador Arq.º Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, considerando que o intuito manifestado é o conhecimento actual da Dívida da Câmara Municipal, cumpre-nos informar do seguinte:

1.º Saldo transitado em tesouraria de 2005 e utilizado em pagamentos 2006.....	241.842,13€
2.º Valor acumulado de receita cobrada desde 1 de Janeiro a 31 de Julho.....	10.623.090,98€
3.º Total de despesa paga desde 1 de Janeiro a 31 de Julho.....	10.593.201,02€
4.º Saldo da Tesouraria em 31 de Julho.....	271.732,09€
5.º Valor em dívida a Instituições Bancárias a 31 de Julho.....	6.378.830,03€
6.º Valor acumulado da dívida a empreiteiros e fornecedores em 31 de Julho.....	5.382.608,52€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 01 de Agosto, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 12/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 17 de Julho e 1 de Agosto de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Auto de Embargo

Despacho de 30/06/2006 – Maria Olímpia Camilo dos Santos – Alteração e remodelação de uma moradia, estando as obras a serem executadas em desacordo com o projecto aprovado, sito no Largo do Pelourinho, Mascarenhas;

Despacho de 19/07/2006 – Maria de Lurdes Teixeira Lopes – reparação de um telhado, estando as obras a serem executadas em desacordo com o projecto aprovado, sito na Rua da Escola, Pereira;

Despacho de 10/07/2006 – Normando Ramos Silva – Ampliação da sua casa de habitação, sem licença passada por esta Câmara Municipal, sito em São Pedro Vale do Conde;

Despacho de 17/07/2006 – P.^{dre} Armindo Ferreira Machado – Cobertura de um terraço com a construção de um alpendre em madeira e telha de argila, sem licença passada por esta Câmara Municipal, sito em São Pedro vale do Conde;

Despacho de 21/07/2006 – Jaime dos Santos – Construção de um armazém, sem licença passada por esta Câmara Municipal, sito em Vale de Pereiro.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 13/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido de 17 de Julho a 1 de Agosto de 2006 de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Pedidos de Informação Prévia Deferidos

Luís dos Santos Delgado Esteves – Pedido de viabilidade para construção de um kartódromo – Margem da E.N .15 - Mirandela – Deferido em 21/07/2006.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 14/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 17 de Julho a 1 de Agosto de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Autorizações

145/06 – Diamantino dos Santos Teixeira – Construção de um edifício – Urbanização Retiro da Princesa do Tua – Lote 83 – Mirandela

132/06 – Carlos Alberto Pinheiro Esteves – Construção de uma moradia - Bairro do Sardão Lote 94 – Mirandela;

141/06 – Veríssimo & Santos – Construção CIRL, L.da – Construção de um Edifício – Urbanização Retiro da Princesa lote 27 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 14/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 17 de Julho e 1 de Agosto de 2006 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Autorizações de utilização deferidas

93/06 – Afonso & Irmãos. L.da – Arrumos - Cruzamento da Bouça;

100/06 – Regina dos Prazeres Bom – Habitação – Vale de Lobo;

101/06 – Nuno Alfredo Monteiro – Garagem – Loteamento Ruivo & Pires lote 19 – Mirandela;

102/06 – José dos Santos Lopes – Habitação – Torre Dona Chama;

103/06 – Julieta do amparo Ribeiro – Habitação – Rua da Escola n.º 3 – Contins;

105/06 – Eduardo António Beira – Habitação – Mascarenhas;

Licença de utilização indeferida

77/06 – Manuel António Morais – Armazém – Zona Industrial Zona D – Mirandela;
88/06 – José Herculano Pires – Habitação – Contins.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 15/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 17 de Julho a 1 de Agosto de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Licenciamentos Deferidos

301/05 – Henrique Ferreira Cabanas – Construção de uma moradia – Vale de Juncal;
67/06 – José Maria Mendes – Recuperação e ampliação de um edifício – Rua das Amoreiras – Abreiro;
79/06 – Jaime António Pires – Alteração e ampliação de uma habitação – Largo da feira – Torre D. Chama;
98/06 – Fernando Paulo dos Santos Costa – Lugar dos Barreiros – Carvalhais;
115/06 – Adelino José Cristóvão Veríssimo Amorim – Construção de uns arrumos agrícolas – Guribanês;
131/06 – António da Costa Loureiro – Construção de um muro – Vale Gouvinhas;
144/06 – José Augusto Trigo – Construção de uma moradia – Frechas;
146/06 – Maria Adelaide – Remodelação de uma moradia – Ferradosa;
110/06 – Maria do Rosário Fernandes Cabral de Sousa – Valbom dos Figos;
123/06 – Maria Manuela Mateus – Construção de uns arrumos agrícolas – Pai Torto;
157/06 – Maria da Graça Barreira dos Santos – Construção de uma moradia – Contins;
156/06 – Herculano dos Santos Trigo – Vedação de terreno, construção de um muro – Suções;
158/06 – Abílio da Conceição Pereira – Construção de uma vedação – Vale da Cerdeira – Golfeiras;
163/06 – Manuel António Carriço – Construção de um muro – Lugar do Pombal – Bairro Operário – Mirandela.

Licenciamento Indeferido

30/06 – Maria de Fátima Monteiro Azevedo Pereira – Construção de arrumos agrícolas – Lugar de Águas Chocas - Carvalhais;
152/06 – Artur Costa Azevedo – Construção de uma garagem – Cachão;
155/06 – Francisco José Sá – Construção de uma garagem – Avenida 25 de Março – Ribeirinha.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 - O.A. – 7ª Modificação ao Orçamento e 6ª Alteração à Despesa e ao PPI.

----- Foi presente a 7.ª Modificação ao Orçamento e 6.ª Alteração à Despesa e ao PPI com reforço de 725.000€, (sendo 525.000€ de despesas correntes e 200.000€ ao PPI) e o mesmo valor em anulações.

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho de 27/07/2006 a mencionada 7.ª Modificação ao Orçamento, a que corresponde a 6.ª Alteração à Despesa e ao P.P.I. - 2006.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Porquê a diminuição no URBCOM de 148.000 euros?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Porque a Câmara só recebe para obras de infra-estruturas físicas a percentagem. É porque a Associação Comercial e Industrial em vez de apresentar 100% de projectos para os mirandelenses, só apresentou 68% e a Câmara se só apresentou 68%, só pode receber 68%. Por isso não precisamos de ter essa verba aí.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E agora lavamos as mãos em relação a isso.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não, antes pelo contrário, eu lavo sempre as mãos quando há entidades que têm os comerciantes, os comerciantes não querem eles recorrer e as razões que eles devem ter, acho que lhes devem pedir explicações, qualquer entidade, qualquer instituição.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Se me permite, este ano estavam previstos 150.000 euros, no total são 700.000 euros, este ano os 150.000 euros, o que significa que ficam os 550.000 euros, para os anos seguintes, ou não é assim?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Pode não ser. No próximo Plano e Orçamento há-de vir certo o valor que nos corresponde indirecto ao que foi financiado à Associação, pode diminuir significativamente.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: A ver se eu entendo uma vez mais, estes 68% foi o que a Associação conseguiu, ou nem sequer conseguiu os 68%?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Conseguiu, só conseguiu apresentar candidaturas de 68% do valor global do que foi atribuído.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Eu pergunto isto porque me parece que aqui é quase a 100%, para este ano.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Sim, mas nós até podemos nem sequer pedir este ano.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: O que se pode retratar desta sua intervenção, é que a responsabilidade disto é da Associação Comercial, é isso?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: É assim, a responsabilidade das candidaturas é da Associação Comercial, nem nunca aqui as tive nem quero ter. Particpei na Associação Comercial em algumas acções de informação aos comerciantes, para que se candidatassem todos. Os Senhores comerciantes entendem, alguns deles, na opinião da Associação Comercial, que alguns deles ou não têm escrita organizada ou não têm interesse nessa percentagem. Em termos gerais só arranjaram esses, acho que melhor até do que eu, quem lhe podia dar essa informação, já que trabalha nessa domínio e bem, é a Dr.ª que trata desse assunto. Isso até pode pressupor que o comércio em Mirandela está mais moderno sem ser necessário todo esse dinheiro. Há situações que são de responsabilidade, é assim, ou as Associações cumprem ou não cumprem. Se nós entendemos como responsáveis políticos, que as mesmas não cumprem, temos obrigação de criar alternativas, para que passem a cumprir.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: E é isso que o Senhor Presidente vai fazer? Criar alternativas às actuais?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Temos responsabilidades todos, e não sou só eu, sou eu e todos os Senhores Vereadores e outros cidadãos comerciantes de Mirandela, quando virem que os órgãos que existem não cumpram os objectivos, façam tudo o que estiver ao alcance de cada um para que eles cumpram os objectivos. Eu não tenho o relatório ainda, tenho do Senhor Governador, não tenho da Associação Comercial, que é curioso, porque é que não atingiram os 100% de candidaturas, com certeza que eles terão as suas justificações para dar aos seus associados. Quem escolhe as direcções são os associados.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A leitura que se pode fazer é que o Senhor Presidente jamais se comprometerá novamente com esta direcção, é isso?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu não me irei mais comprometer, que fique claro, é com pedidos de subsídios para determinadas Associações que começam a dar provas de que não precisam deles nessa totalidade. Porque o próximo Ministro que aqui vier do Comércio e da Indústria tem toda a razão se eu lhe pedir mais alguma coisa de me responder a dizer que “para a sua terra já não é preciso tanto porque nem gastaram aquele”

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: No meu ver, há que tirar consequências políticas desta situação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu não estou a dizer que há, agora há instituições que são constituídas por associados e por muitas coisas que eu possa pensar, ou cada um de nós possa pensar, quem tem poder de dizer que governam bem governam mal, podem ser destituídas ou não destituídas, são os associados. Em relação a isso não me posso substituir a eles, quando uma própria Associação Comercial e Industrial decide que todos os hiper-mercados de Mirandela levam parecer favorável e são multados pelos próprios associados, há qualquer coisa aqui que eu tenho que me interrogar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Nós também nos interrogamos e esta situação eu já a esperava, aliás uma das minhas primeiras intervenções eu foquei precisamente isto. Aliás se me quiser chamar visionário, pode-me chamar.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Um dos principais motivos em que o Senhor Governador me informa que a Associação lhe disse, é que os produtores não aderiram, é fácil dizer isso, saber as razões porquê, eles podem ter isso estudado.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E porque é que não aderiram?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Porque é que não aderiram, não sei. Uma das situações que obrigou de certeza absoluta a que isto não tivesse a participação toda, é que todos os projectos passassem pela Associação, demoravam tempo demasiado, eram burocráticos, quando toda a gente os podia ter feito e terem entrado, este é uma opinião minha. A Associação deliberou o contrário, e eu acho que se toda a gente pudesse fazer projectos, toda a gente os tinha feito, iam a quem quisessem, se calhar uns ajudavam a fazer os outros, quando dizem que só a Associação é que faz, para a Associação ganhar o dinheiro, se calhar as pessoas não tiveram tempo para estar à espera. A Associação para chegar a estes valores, ainda teve dois meses de prazo prorrogado, pedido por mim e pelo Senhor Governador, senão nem os 50% tinha atingido.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Exactamente, para além de um prazo prorrogado.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Pois eu acho necessário pedir à Associação de facto uma justificação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Sim, mas isso os associados é que podem pedir uma Assembleia Geral.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Não, mas é que neste caso a Câmara também.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Porque a Associação prejudicou o concelho todo, de forma indirecta os mirandenses acabaram por ser prejudicados.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O que vocês podem fazer e o que a Câmara pode fazer é chamar a direcção da Associação a uma reunião e que expliquem, isso informalmente e eles vêm se quiserem, porque eles não têm vínculo da Associação, agora isso acho que era uma boa situação, numa das próximas reuniões podemos convocar a direcção da Associação Comercial e Industrial que explique esses dados.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu não chegaria a tanto. A sugestão que eu lhe dava era que apresentasse o seu relatório desta situação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu não tenho que apresentar relatórios porque o programa não é meu.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Não, o seu relatório o deles, da Associação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu achava mais, eu até achava que eles o deviam explicar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Podem explicar pelo relatório.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Assim os Senhores podiam fazer as perguntas todas que entendessem.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Até porque a Câmara tem sido generosa para com essa mesma Associação.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mais uma razão para digamos a generosidade da Câmara também terá que ter um feedback do outro lado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Nós não podemos fazer juízos de valor sem saber as razões, por isso é que acho que era uma boa ideia vir cá a direcção da Associação. Imagine agora que os comerciantes não querem, se não querem eles também não os podem obrigar. Eles têm que ter é razões para isso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A conclusão que se retira disto tudo é que este processo foi um processo que ficou muito aquém das expectativas, que não vai acalantar situações para o futuro, como o Dr. Silvano disse há pouco. Quando vier aqui novamente o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e que lhe faça um pedido, esta situação fica logo retratada à partida. Isso é muito negativo para o concelho. De maneira que eu achava por bem que retirasse alguma consequência política disso.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu só tenho é que chamar cá as pessoas, ou mandarem um relatório para explicar, porque ele não é tão simples de explicar porque posso-vos dizer que Carrazeda e Murça foram aprovados e nem sequer atingiram os 50% e foram, é porque também tem aqui alguma questão que os comerciantes em termos burocráticos se calhar não a perceberam muito bem.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Não vamos comparar os comerciantes de Carrazeda nem de Murça com os de Mirandela.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Dr. Hernâni, ninguém está a comparar nada, é que Carrazeda e Murça só tinham 200.000 euros, e nem isso, atingiram os 50%, este tinha 2.000.000 de euros, não é essa comparação. Na minha opinião eu acho que se deixassem fazer isso a todos os economistas e a todos os técnicos as pessoas que pudessem fazer projectos, se calhar fazê-los e entregá-los na Associação se calhar era mais fácil, as pessoas estarem à espera dois meses, três meses, quatro meses, se calhar foram desistindo, não sei, eu estou a dizer uma opinião. Não sei.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Por isso é que o relatório é fundamental.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Por isso é que eu acho que eles deviam cá vir e explicar isso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Explicar isso, todos os economistas podiam fazer candidaturas, era só serem abordados por os comerciantes, portanto, essa questão não se chega sequer a levantar. Aliás até as candidaturas que a Associação Comercial desenvolveu, penso que foi através de um protocolo com um gabinete de consultoria do Porto.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso foi o projecto apresentado, agora segundo sei as candidaturas eram feitas na Associação por técnicos da Associação e a Associação a receber o respectivo valor.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A elaboração penso que foi feita no Porto.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não, isso pode ter a certeza que também foi feita na Associação. Isso, eu sei.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Não é essa a informação que tenho, mas tudo bem. Também vemos aqui 45.000 euros que foram retirados do Plano Municipal de Defesa da Floresta. Porquê de retirar nesta altura isto?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Por uma questão muito simples: Nós tínhamos no Plano de Defesa da Floresta e temos, várias candidaturas aprovadas ao Interreg que têm o financiamento a decorrer durante este ano, nomeadamente, e o projecto não é ele de limpar 50 m de várias aldeias em que só veio aprovado em Julho, só vai ter execução a partir de agora e portanto, a verba que estava cabimentada da Câmara nesse domínio não é necessária na sua totalidade para isto, há-de ser para o próximo ano.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas, para Mirandela também era, propriamente para Mirandela?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não era propriamente para Mirandela, era para oito freguesias do concelho de Mirandela.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A freguesia de Mirandela também estava presente?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não estava a freguesia de Mirandela, mas estavam outras onde ardeu, estava Suções, várias situações.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu ia-lhe dizer precisamente isso, é que para Mirandela já era escusado, porque já ardeu.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é a sua opinião, mesmo dentro de Mirandela há muita gente dentro da cidade de Mirandela, o Senhor Vereador nem sabe o perigo que correm, basta um lote ao lado da sua casa não estar limpo para se calhar até a casa ficar sei lá como, eu apanhei um susto de tal ordem nestes dois dias ali, quando ele me passou de um sítio para o outro, principalmente junto às bombas de gasolina dos dois lados, e ali junto à Bronceda, que eu não queria ter outro tão cedo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas então quando o coordenador do plano de protecção civil, acontece isso, o que fará de todos os agentes?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Quando o próprio Governo faz esses planos todos, não conseguem controlar, as condições naturais acho que ninguém as controla, agora dentro do que acontece minorar de anos como foram feitos ali, que isso não toca numa casa, que é uma atitude notável, quer dos bombeiros quer da protecção civil

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: É de louvar aqui o papel dos bombeiros.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Ali foram 11 corporações, foram meios aéreos, foi um conjunto de esforços conjugados, pelo menos não arderam as casas, nem os depósitos da gasolina.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Também temos aqui 90.000 euros das instalações do arquivo municipal.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é simples, sobraram, nós tínhamos previsto gastar mais dinheiro, já acabou a obra.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E depois tem aqui locação financeira para aquisição de material de transporte, que tipo de material de transporte?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Todas as carrinhas que há aí 4x4, foram todas compradas em locação financeira e isso é para pagar os respectivos encargos que existem.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas estes materiais de transporte são para carrinhas?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: São carrinhas 4x4, são um camião que a Câmara há-de comprar, foram os autocarros, existem várias situações.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E também vemos aqui o Pólo Politécnico. Porquê retirar isto?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se ouviu o Senhor Ministro sabe perfeitamente, o Senhor Ministro diz que até 2007, até ter aprovado todo o Tratado de Bolonha e definido todos os cursos e escolas que iam existir no país e isso só até Dezembro de 2006 estaria concluído, só em 2007 é que voltaria a haver verbas para construção de instalações novas, se o Ministro diz, não tem sentido nós termos essa verba.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Embora nós possamos dizer que, tal como o turismo a questão do Pólo do ensino superior em Mirandela é estruturante e estratégico.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Dr. Hernâni, não tenha dúvidas tal como disse anteriormente se o Senhor estivesse na Câmara construía o quartel da PSP, as instalações do ensino superior e um hospital novo para os cá ter, não tenha dúvidas, só que legalmente isso não é assim.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Porque senão, pergunte ao Senhor Eng.º Jorge Nunes qual a importância que ele dá à criação da Universidade em Bragança?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Senhor Dr. Não me pergunte por “guerras perdidas”. Hei-de perder algumas também, mas perdidas à partida também não quero e essa já a perdeu.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O que o Senhor Presidente está a dizer é que todos os dirigentes políticos em Bragança perderam esta “guerra”? E todos eles fizeram face a isto.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não é isso, olhe que não, o Senhor está enganado porque não são todos, houve muitos dirigentes políticos em Bragança que eram contra a Universidade e a favor de um bom Politécnico, posso-lhe dizer e portanto não diga isso porque não sabe.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu conheço algumas coisas em Bragança, dirigentes e sei como é que essas coisas funcionam.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu não estou a dizer que não conhece, agora não conhece nesse domínio, pode ter a certeza. Em segundo lugar, também não vamos para essas situações, já perdeu mais serviços o Dr. Jorge Nunes e vai perder mais até Dezembro, que eu hei-de perder que não os tenho, portanto, isto das terras perderem ou não é tudo relativo, é assim, só perde Mirandela e Bragança, as outras se perderem já não as têm

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: É o que diz o velho ditado “só perde quem tem”.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Portanto, há coisas que não vale a pena estarmos a discutir, porque se perdem. Agora se eu tivesse dinheiro para fazer essas instalações todas e pudesse legalmente fazê-las, não tenha dúvidas que eu o faria.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Depois também vemos aqui outras situações que é relativamente à rede de saneamento em algumas freguesias e abastecimento de água que foi esquecido.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Porque é que diz que foi esquecido?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Retiraram as verbas, portanto, em princípio pode-se partir desse pressuposto, ou então tem que justificar porque é que retiraram essa verba?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Porque é que não entende o contrário? Já está de tal maneira feita a rede de saneamento no distrito, que para este ano já não é preciso mais dinheiro, no distrito não, no concelho.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Podemos partir do princípio que Ribeirinha já tem o saneamento, Eivados, é isso?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não tenha dúvidas que já tem. As que estão aí eram encerramentos de obras.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E relativamente ao abastecimento de água Eivados, Ribeirinha?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É conjunto, foi logo abastecimento de água e saneamento.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Só tenho que lhe dar os parabéns pela eficiência que apresentou.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não, ainda faltam outras, mas nessas já estão.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Nos Avantos por exemplo, essa falta.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Essa falta.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: A Longra, também falta.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas essa é junta com Barcel.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E depois tem aqui uma estrada municipal Valbom Pitez, Vale de Gouvinhas 18.000 euros que foram retirados, porquê?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É uma questão simples, porque como sabe a ponte de Vale de Gouvinhas a ligar para Vale de Prados e para outras situações eles têm uma candidatura a Junta aprovada, mas que ainda não está financiada no Ministério da Agricultura no programa AGRIS, portanto, se não vai começar não vale a pena ter aí dinheiro de participações.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já tiraram o concurso da Internet?

- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: O Senhor Vereador consulta-a todos os dias por isso deve saber.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Não, não vou todos os dias, porque de vez em quando vou e o concurso continua lá.
- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Esse concurso acabava o prazo dia 27 de Julho, o prazo de apresentação de candidaturas é de 66 dias.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Nós, os outros é para responder aos Senhores Vereadores, depois fazem só as obras.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Para sabermos que existem obras. É que escondendo aos Vereadores também escondem à população.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Ainda diz que nós somos políticos.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Isso é uma forma de estratégia política.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

03 - Contabilidade – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 01 de Agosto de 2006 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	170.274,01€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	762.435,12€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	932.709,13€
DOCUMENTOS-----	3.357,64€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

04 - Secção de Aprovisionamento Autorizações de Despesa – Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 16/S.A./06 de 28/07/2006 da Secção de Aprovisionamento:

Para conhecimento da Câmara Municipal e em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal e de acordo com o Despacho do Senhor Presidente, ambos de 26 de Outubro de 2005, informa-se que foram autorizadas por competência delegada, as requisições n.ºs 1554, 1610, 1645, 1671, 1672, 1674, 1686, 1690, 1723, 1733 a 1753, 1762 a 1797, 1801 a 1803, 1805 a 1807, no montante de 46.886,28€ no período de 14 a 28 de Julho de 2006, pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, nos montantes a seguir mencionados:

Senhor Presidente -----	8.961,63€
António José Pires Almor Branco -----	17.167,72€
Maria Gentil Pontes Vaz -----	6.971,90€
José Assunção Lopes Maçaira -----	13.785,03€
As requisições de valor até 200,00€ totalizam-----	3.719,18€
As requisições de valor superior a 200,00€ totalizam-----	43.167,10€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 16/2006 de 01/08/2006 que a seguir se transcreve:

Para cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005, informo o Executivo de que, no período de 19 a 31 de Julho de 2006, foram efectuadas as seguintes:

Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas no valor total de	612.372,00€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria no valor global de	--,-€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 - Transferência Financeira - Junta de Freguesia de Abreiro.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 5653 de 18/07/2006 com o seguinte teor:

“Ex.mo Senhor:

Vem esta Junta de Freguesia solicitar a V.ª Ex.ª um apoio financeiro situado no valor de 1.000,00€, para fazermos face às despesas inerentes à realização das festividades em honra de Stª Bárbara nossa padroeira, nos próximos dias 18, 19 e 20 de Agosto, já que, como pode calcular é do agrado da população em geral de que as mesmas sejam realizadas com o apoio da Junta de Freguesia, e V.ª Ex.ª sabe o quanto importante é ter a população “contente”.

Sem outro assunto, ciente da sua resposta, lhe envio os m/cumprimentos.
Atentamente.”

----- Processo de despesa n.º 1829 de 31/07/2006.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Junta de Freguesia de Abreiro no valor de 1.000€ (mil euros), para os fins propostos.

07 - Pedido de Subsídio - Associação Cultural e Recreativa de Fradizela.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 5818 de 25/07/2006 com o seguinte teor:

“Solicito os bons ofícios de Vossa Ex.ª no sentido de nos ser concedido um subsídio de mil euros (duzentos contos), destinados a uma pequena reparação no telhado da nossa Associação.

Com os melhores cumprimentos.”

----- Processo de despesa n.º 1832 de 31/07/2006.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Este subsídio não poderia ser coberto com apuramento das necessidades em termos de materiais, e a autarquia dar o material, já que poderia ficar mais barato para autarquia e resolveria na mesma o problema da Associação Cultural. Sim porque a autarquia nas aquisições do material possui melhor poder negocial na aquisição dos mesmos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Associação Cultural e Recreativa de Fradizela no valor de 1.000€ (mil euros), para os fins propostos.

08 - Pedido de Subsídio - Comissão de Festas de Frechas.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 5760 de 24/07/2006 com o seguinte teor:

“Esta Comissão de Festas vem por este meio solicitar a V.ª Ex.ª a atribuição de um subsídio para a realização das Festas de Frechas, nomeadamente a Festa do Emigrante dia 12 e 13 de Agosto bem como a Festa do nosso Padroeiro, São Miguel, no último fim de semana de Setembro. Não havendo a possibilidade do mesmo, poderia haver ajuda na aquisição da Banda ou do Rancho Folclórico.

Sem outro assunto, certos da melhor atenção e lembrados das benfeitorias anteriormente, por V.ª Ex.ª, prestadas a esta aldeia de Frechas, apresentamos os n/ melhores cumprimentos.”

----- Processo de despesa n.º 1830 de 31/07/2006.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Só gostaria de acrescentar, esta é a segunda festa, vêm aí outras, eu gostaria de acrescentar então que as festas.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E é porque não há eleições, se não ainda havia mais.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Não, eu acho que as festas fazer parte da nossa cultura.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu no ano de eleições não atribui subsídio a nenhuma.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: As festas populares devem ser apoiadas e devem ser incentivadas, eu acho até que deveria haver uma maior divulgação das mesmas, eu estou a pensar que de facto Agosto é o Agosto em festa, é o mês das festas e porque não a Câmara pensar num roteiro das festas para disponibilizar no turismo local ou em inclusão de algumas das festas ou até da calendarização das mesmas na Agenda Municipal, este turismo das festas também é um turismo que pode de facto ser explorado, no bom sentido naturalmente, pode ser rentabilizado, pode ser aproveitado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Existe uma via de turismo distribuída num mapa as festas principais do concelho e as data.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Eu refiro-me concretamente a este mês.

- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Ser mais incisivo só neste mês.
- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Sim, o Agosto em festa.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Acho que é uma boa sugestão para o Senhor Vereador.
- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: É apelativo, também agora a oferta é muitíssimo maior, mas de facto aqui há uns anos a trás havia uma grande preocupação em fazer roteiro das festas, isso pode ser aproveitado, até em termos turísticos, de turismo externo, dos turistas que nos visitam.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Em termos de Mirandela é fácil, são três domingos e um feriado e são estes que temos essencialmente.
- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Exactamente, são todas em Agosto. Mas seria interessante, é uma proposta, uma sugestão que eu deixo aqui.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Eu só queria perguntar porquê mil euros este?
- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Para ser igual aos outros.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu queria puxar essa resposta, pelos vistos não foi preciso muito.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Não precisa de puxar a resposta, porque o Senhor Vereador é tão inteligente que já lá tinha chegado, não tenho nenhuma dúvida sobre essa questão. A questão é assim, eu não gosto de dar muito para festas, nunca dei, este ano abri uma excepção ou duas anteriormente e disse uma coisa, não dou mais do que mil euros, porque as festas devem ser feitas, pelo pessoal das freguesias e os emigrantes das freguesias, isto é mais aquilo que eles precisam para a banda de música, que normalmente caracteriza as procissões das freguesias, rigorosamente mais nada, portanto, o critério é este, à da Torre de Dona Chama dou mais
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas sabe que isso pode criar injustiças perante elas, dar a umas mais que a outras.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Não é mais que outras, há freguesias que têm tradições de festas de uma coisa, o Senhor Vereador à de Mirandela dá-lhe 100.000 euros.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Sim mas perante estas aqui, Frechas, Abreiro, nós estamos a criar aqui, digamos que parâmetros que podem induzir a alguma injustiça.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Não, a Torre de Dona Chama é a única vila do concelho de Mirandela, as outras são aldeias.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Quer dizer, para a Torre de Dona Chama são 1.700 euros, é assim?
- O Senhor PRESIDENTE respondeu: A Torre de Dona Chama é uma vila, eu até aprendi e aprendi convosco.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas é mesmo vila, é pena que estas coisas não as tenha pensado mais cedo, só agora é que tenha chegado a elas.
- O Senhor PRESIDENTE disse: Também se tivesse pensado mais cedo tinha cinco Vereadores e vocês só tinham dois. Eu não as aprendi.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Foi um erro político, que cometeu está a ver, na próxima não pode deixar que se cometam esses erros. Deixa-me alguma mágoa achar que desta vez a bitola foi mil euros, porquê não dois mil?
- O Senhor PRESIDENTE disse: Porque não tinha dinheiro para mais, se tivesse tinha dado, eu paguei no dinheiro que tinha, o cabimento só dava para isso.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Embora justificando que poderia ter sido mais benévolo?
- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Aliás, eu já lhes disse uma vez, eu se fosse da oposição em todas as votações propunha o dobro.
- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: deixe-me dizer, nós também temos os nossos pedagogos da essência política. Eu sei que o Senhor Presidente tem os seus, para já vamo-nos rever nos nossos.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Está bem, mas ou mudam de pedagogos ou é difícil em ciência política, atenção.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Sim, mas olhe que o meu foi o Marcelo Rebelo de Sousa.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso já não sabia, não sabia, mas olhe que esses argumentos preenchiam o tempo da televisão rapidamente sem perceber nada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Comissão de Festas de Frechas no valor de 1.000€ (mil euros), para os fins propostos.

09 - Pedido de Subsídio - Comissão de Festas de Torre D. Chama.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 4804 de 16/06/2006 com o seguinte teor:

“A Comissão de Festas em colaboração com a Fábrica da Igreja vai realizar a Festa anual em honra do Divino Senhor dos Passos nos dias 11, 12 e 13 de Agosto de 2006, em Torre de Dona Chama.

Neste sentido, vimos por este meio solicitar a V.ª Ex.ª que se digne conceder um subsídio para fazer face às despesas da realização da supramencionada Festa anual.

Na expectativa de podermos contar com a vossa colaboração, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos, pela Comissão de Festas e Fábrica da Igreja,

Atenciosamente, pela Comissão de Festas e Fábrica da Igreja,
O Pároco.”

----- Processo de despesa n.º 1831 de 31/07/2006.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Fábrica da Igreja da Paróquia de Torre Dona Chama no valor de 7.500€ (sete mil e quinhentos euros), para os fins propostos.

10 - Pedido de Subsídio - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 5555 de 14/07/2006 com o seguinte teor:

“A síndrome de Asperger é uma perturbação neurocomportamental de base genética que atinge sobretudo os rapazes. Pode ser encarada como uma forma subtil ou atenuada de autismo, se encarmos esta doença como comportando graus diversos de gravidade.

Calcula-se que existem em Portugal cerca de 30.000 pessoas portadoras da síndrome de Asperger. O seu reconhecimento é recente e a ignorância de médicos, professores e população em geral aumenta o isolamento destas crianças, impedindo o acesso aos recursos de que carecem e que lhes permitiria atingir o seu potencial, que é, não raras vezes, excepcional.

Para responder a esta necessidade foi constituída no dia 7 de Novembro de 2003, a APSA – Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, congregando como fundadores, pessoas relacionadas no plano familiar, social e científico, com o Síndrome, mas aberta a todos os que demonstrem interesse por esta causa.

Precisamente para responder aos objectivos de divulgação sobre esta síndrome, e na tentativa de um apoio a nível Nacional, nasceu a 2ª delegação da APSA designada de “Delegação APSA Trás-os-Montes e Alto Douro”.

Como somos uma IPSS, e vivemos das quotas dos nossos associados, solicitamos a V.ª Ex.ª, apoio financeiro, para podermos fazer frente às despesas administrativas inerentes à nossa sede. Na certeza da solidariedade a qual já nos deram provas, e na esperança de ajudarem a nossa causa, estando assim a contribuir para a integração dos portadores desta síndrome, nesta sociedade que se quer justa e para Todos.

Mais se informa, que a APSA-TMAD, esta inserida na Rede Social deste Município, aprovado em reunião de 11 de Julho de 2006.

Na expectativa da resposta de V.ª Ex.ª.”

----- Processo de despesa n.º 1833 de 31/07/2006.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger no valor de 1.000€ (mil euros), para os fins propostos.

11 - Pedido de Subsídio - Associação Cultural de Mascarenhas.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 5170 de 29/06/2006 com o seguinte teor:

“Como é do conhecimento de V.ª Ex.ª a restauração de uma parte do telhado do edifício da casa do povo de Mascarenhas, vimos assim por este meio, pedir o material para a construção do mesmo.

Descrição:

- Mil quinhentas (1500) telhas «sol», cento e trinta (130) «telhão», oito (8) cantos de telhão, cem cumes (100)
- Quatro (4) perfis HB 200, ferro I 100x45 4 perfis;
- Tubo 80x40 → 30
- Tubo 15x15 → 45
- Dez (10) sacos de cimento;

- Dois (2) metros de areia crivada;

Tendo esta direcção pedido ao Eng.º Miranda, professor do curso de serralheiros da Escola Secundária de Mirandela, que nos fizesse o levantamento do material necessário para a mesma, depois de nos dar o respectivo levantamento, prontificou-se a fazer a respectiva obra com os seus serralheiros. Dada a boa vontade por parte do Eng.º Miranda, vimos pedir a V.ª Ex.ª que se fosse possível, mandar-nos o material o mais rápido possível para a casa do Povo de Mascarenhas, para desse modo podermos beneficiar do apoio dos alunos, antes do término das aulas.”

----- O Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco em 27/07/2006 exarou o seguinte despacho:
“À reunião, para aprovação do apoio em espécie.”

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Felizmente aqui temos um pedido bem elaborado, estamos curiosos em ver onde terá vindo esta inspiração, para vir com um levantamento feito por um engenheiro? Mas para que possa servir de modelo, bastaria algum engenheiro da autarquia confirmar este levantamento externo, pois desta forma poderá utilizá-lo, como exemplo para futuros casos, estando certo que a sua imagem pública pelos novos métodos de trabalho serão reconhecidos!...

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Uns pretendem o apoio em espécie outros em dinheiro, nós respeitamos a opinião da autonomia das respectivas instituições.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu faço-lhe aqui também uma sugestão, que o Eng.º da autarquia corrobore com este levantamento, era só a única questão para de alguma forma servir de exemplo até para futuros casos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de apoio em espécie à Associação Cultural de Mascarenhas, para os fins propostos.

12 - SLU - Pedido de Alteração ao Lote n.º 17, do Alvará de Loteamento n.º 03/1980, Lugar das Malhadinhas - Dinis Humberto Veiga.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 2057 de 03/05/2006 com o seguinte teor:

“Dinis Humberto Veiga, contribuinte n.º 162 589 468, residente na Rua Comendador Manuel Meneres n.º 101 em Mirandela, na qualidade de proprietário do lote 17 no Loteamento de Conde Fijó em Mirandela, vem requerer a V.ª Ex.ª nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 177/2001 de 4 de Junho, se digne aprovar e conceder a respectiva licença à alteração introduzida ao projecto inicial deste loteamento, conforme peças que se anexam.

Pede deferimento.”

----- Pela Divisão de Arquitectura e Planeamento em 02/06/2006 foi emitida a seguinte informação:

“O requerente na qualidade de proprietário do lote n.º 17 do loteamento de Leopoldina Corte Real, denominado de “Conde de Fijó” em Mirandela, alvará n.º 3/1980, solicita um pedido de alteração do respectivo loteamento, constando no seguinte:

Para o local estava previsto em termos de loteamento aprovado um edifício com dois pisos, a destinar a uma habitação. Foi construído um edifício colectivo, com quatro pisos, ou seja r/chão e mais três andares, sendo o último recuado, totalizando cinco habitações, sendo duas no piso de r/chão e as restantes três distribuídas por cada um dos pisos superiores.

Pretende pois o requerente proceder à legalização desta situação existente, ou seja, alterar as áreas de construção, aumento do número de pisos e aumento de número de fogos.

O presente pedido de alteração de loteamento, surgiu em face da informação prestada por esta Divisão a um pedido de alteração de utilização do piso de r/chão do edifício, que em vez de uso comercial, conforme estava aprovado, ai construiu dois apartamentos de tipologia T1. Processo de obras n.º 17/84 que se anexa.

Quanto ao historial do processo, remeteria para a minha informação nesse processo de obras, e que aqui reproduzo:

“O requerente possui um edifício colectivo construído no lote n.º 17 do loteamento Conde de Fijó em Mirandela, composto por quatro pisos de r/chão, 1º e segundo andares e mais um terceiro andar recuado. Projecto aprovado em reunião de Câmara de 10 de Fevereiro de 1984, destinando-se o r/chão a “finalidade indeterminada” e os pisos superiores a três habitações, uma por cada um dos pisos respectivos.

O loteamento com alvará n.º 3/1980 de 15 de Julho, previa para o local uma moradia de r/chão e 1º andar.

Foi concedido alvará de licença de utilização com o n.º 60, datado de 18 de Julho de 1987, com r/chão a destinar a comércio e mais três habitações em cada um dos pisos superiores.

Em 30 de Agosto de 2005, a pedido do requerente foi efectuada uma vistoria ao edifício pela Comissão de Vistorias deste município, a fim de serem verificadas as condições de habitabilidade do mesmo. Foi então detectada a existência de alterações ao nível do piso de r/chão, que pese embora sem ser especificado, verifica-se que se trata da existência de duas novas habitações neste tipo de tipologia T1, completamente concluídas, passando o edifício a possuir cinco habitações/apartamentos.

As obras foram executadas após a emissão de alvará de licença de utilização e sem alvará de licença de obras.

É agora apresentado o respectivo projecto de arquitectura, para legalização da situação.

Salvo melhor opinião, para se solucionar esta situação, terá o requerente que proceder a prévio pedido de alteração do loteamento em questão, que inclua as alterações já antes realizadas, embora autorizadas pelo município, sob pena de se continuar a cometer uma ilegalidade.”

A aprovação do pedido de alteração do loteamento, dependerá do seguinte: O DFI, informar se a criação de mais habitações no conjunto das já existentes e previstas neste loteamento, não vai constituir uma sobrecarga para as infraestruturas públicas da urbanização, sob pena de ter que ser indeferido (Note-se que o que surge agora a mais do que foi aprovado pelo município é duas habitações no piso de r/chão em vez do comércio).

Não poderá sofrer contestação fundamentada aquando da discussão pública necessária nos termos dos artigos 27º n.º 2, e 22º, n.º 3 do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 177/2001 de 4 de Junho.

Mais informo:

• O edifício actual possui as seguintes áreas brutas de construção por cada um dos 4 pisos, calculadas nos termos do regulamento municipal:

Piso:

R/chão - 198,50m²

1º andar - 116,80m²

2º andar - 1116,80m²

3º andar - 103,40m²

Total de área bruta de construção - 535,50m²

A ser aprovado Superiormente, terá de ser aplicada a respectiva taxa prevista no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, nos termos a considerar em parecer a emitir pelos serviços jurídicos municipais, tendo em atenção, que só apenas as duas habitações propostas para o piso de r/chão é que foram construídas sem licenciamento e que toda a situação criada até aí mereceu sempre parecer favorável por parte do município e com emissão de alvarás de licença de utilização.

A proposta não prevê a cedência de terreno para espaços verdes e de utilização colectiva e para equipamentos de utilização colectiva, conforme determina também a Portaria 1136/2001 de 25 de Setembro, com eventual aplicabilidade no presente caso.

Não prevê também a criação de lugares de estacionamento automóvel para o público, que nos termos da portaria referida seria necessário um automóvel por cada nova habitação ou por cada 50,00m² de área comercial, com eventual aplicabilidade no presente caso.

Nos termos do art.º 93, n.º 1, alínea b), “As áreas de cedência poderão restringir-se às áreas indispensáveis para a eventual construção ou alargamento de vias e passeios, podendo a restante cedência estabelecida nos termos do presente regulamento ser substituída por uma compensação em numerário ou em espécie, a aprovar pela Assembleia Municipal, quando a área a urbanizar não dispuser, justificadamente, de espaço para o efeito.”

Nos termos do art.º 38 do Regulamento Municipal, dado que não há cedência de espaços verdes e de equipamentos, e os mesmos não se justificam e são impossíveis, a Câmara Municipal, poderá optar pelo pagamento da compensação em numerário.

O valor do numerário da compensação a pagar ao município será determinado com o referenciado no quadro IV da tabela do regulamento, a calcular pelos serviços respectivos.

O numero de lugares de estacionamento público obrigatórios não previstos e a aplicar o n.º 3 do quadro IV do Regulamento Municipal.

À consideração superior.”

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente em 16/06/2006 exarou o seguinte parecer:

“Concordo. Trata-se de uma alteração que se resume em criar 2 fogos no piso de r/chão onde está previsto espaço comercial em conformidade com o respectivo loteamento anterior à eficácia do PDM e portaria 1136/2001.

De acordo com o parecer da DAP não há, parece-nos, aumento de área de construção mas apenas a conversão do espaço reservado a espaço comercial em 2 fogos. Tanto o espaço comercial de 198,5m² como os dois fogos correspondem a 2 lugares públicos de estacionamento pelo que não há agravamento.

Tratando-se de um loteamento anterior ao PDM e à natureza de alteração, parece-me, salvo melhor entendimento jurídico, não haver lugar a cedências de espaços nos termos da Portaria 1136/2001 e PDM.

Quanto à alteração urbanística pode vir a ser aprovada após concluído o respectivo procedimento.

À Consideração Superior.”

----- Em 21/07/2006 a Secção de Loteamentos e Urbanização emitiu a seguinte informação:

“Em cumprimento do despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng. António José Pires Almor Branco, de 2006/06/11 e nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 22º e n.º 2, do art.º 27º, do Decreto-Lei 555/1999, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, foi sujeito a discussão pública o pedido de alteração do lote n.º 17, do Alvará de Loteamento n.º 03/1980, em nome de “Leopoldina de Castro Corte Real”, sito no lugar das Malhadinhas, em Mirandela, requerido por Dinis Humberto Veiga, proprietário do referido lote.

Decorrido o prazo de discussão pública, não foi presente qualquer reclamação.

À Consideração Superior.”

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Em primeiro lugar, estes são os factos, o loteamento foi aprovado em 1980, o Alvará previa para o lote n.º 17, que este Senhor adquiriu um edifício com dois pisos destinados, um a habitação e o r/c comercial, uma habitação / uma família. Em reunião de Câmara em dia 10/02/1984 foi aprovado para este lote um edifício colectivo com 4 pisos, ou seja, r/c com finalidade indeterminada, depois mais 3 habitações.

O Alvará de licença de utilização é de Julho de 1987, com r/c para comércio mais 3 habitações. Eu pergunto porque sou uma leiga na matéria, se o alvará de licença de utilização é passado sem um alvará de obra, porque há alvarás de obra e que antecedem.

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO disse: O alvará de utilização culmina com o processo de construção.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: O que significa que houve um culminar sem ter havido um início!

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO disse: Não estou a ver o processo.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Depois em Agosto de 2005 é efectuada uma vistoria a pedido do requerente e que pese embora sem ser especificado, que é o que consta do relatório do Senhor Arq.º, não são palavras minhas, surgem no r/c mais 2 habitações. O que significa que aquilo que foi planeado para 1 família já estamos em 5 no final.

Eu pergunto: Os restantes lotes da mesma urbanização com características semelhantes, também eles foram sujeitos a estas alterações? Eu tentei, percorri a cidade, o Sítio das Malhadinhas é uma urbanização recente, que não me aparece lote nenhum n.º 17, que não tem a ver com o Conde Fijó, o Conde Fijó é a urbanização que eu conhecia mas que não me aparece nenhuma Rua das Malhadinhas, fiquei baralhada não sei onde é este prédio, gostaria que me dissessem concretamente qual era o prédio.

Depois destes factos que eu apresentei, a pergunta que eu faço é que eu gostaria de saber se eu fiz bem a interpretação ou não, ou seja, se os restantes lotes todos eles também foram alterados?

Triplicar a capacidade de um lote é habitual nesta autarquia? Ou depende da militância do requerente? Desculpem mas é inevitável fazer estas questões.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente a esta situação gostaria de referir que já existem algumas pessoas que querem dar entrada na Câmara com a mesma solicitação.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Em conclusão, isto parece-me um amálgama de desrespeito pela legalidade. Eu estou com alguma dificuldade, porque não achava possível haver um cozinhado com tanta ineficácia de fiscalização, com tanto favorecimento político e com tanto "atrevimento" em desrespeitar a legalidade. Eu suponho que estes factos são os principais ingredientes deste processo, agora o que fazer?!

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu exijo que isto fique já em acta e que vá para o Ministério Público as declarações da Senhora Vereadora as datas tendo eu ou não tendo a ver com elas, seja feita uma averiguação a todo este procedimento legal ao longo dos tempos e sempre obedeceu ou não, à legislação exigente em termos de urbanizações da Câmara, isto é um ponto sobre a declaração. Em relação independentemente do que o Senhor Arq.º vai dizer em termos de justificação, dizer-lhe que de quanto à Câmara no que diz respeito a hoje, todos os casos que são pedidos têm um inquérito que é o que diz a Lei, público de 15 dias onde cada município se pode pronunciar e não se pronunciando a Câmara é obrigada a dizer que não há entrada de nenhum ao respectivo processo e aprova-lo, estou a falar sobre a deliberação, o resto do que se passou anteriormente não sei se o Senhor Arq.º quer dizer alguma coisa sobre o assunto.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Mas leu o processo?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não li. Porque quando estes processos vêm à reunião nesta fase são discussões públicas que qualquer município pode trazê-las, desde que não haja reclamações nem dos vizinhos nem das situações a esses pedidos, a Lei diz que têm de ser aprovados. Não estou a falar nas questões que levantou a Senhora Vereadora, pois isso em termos de procedimento acho que deve ser averiguado.

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO disse: Eu vou estudar o assunto e trazê-lo à próxima reunião.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Se é que a minha interpretação está correcta, tudo o que li, não consigo perceber.

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO disse: Eu sem ver o processo, não posso pronunciar-me. Os pormenores técnicos em princípio estão cumpridos, não me parece que haja ilegalidades.

Mas também queria dizer, que relativamente a alterações, por vezes somos confrontados com pedidos de alteração apenas para 1 ou 2 metros.

Já fiz uma informação à Câmara Municipal em que propus que se alterassem apenas os aditamentos que daí viesse algum interesse público, ou excepcionalmente alguma falha, e que de uma vez por todas se cortasse de vez com pedidos de alteração para outras finalidades.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Senhor Arq.º, eu percebo esse ponto de vista, imagine quando se trata de mais um metro ou menos um metro, agora quando se trata de quintuplicar, eu pergunto e as infra-estruturas?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Essas deliberações de 1980 e 1984 devem estar explicadas, se não estiverem têm que as explicar os técnicos não dão informações nem de 1980 nem de 1984 sem terem as questões resolvidas. De nós deliberamos aqui e não podemos fazer o contrário, isto esteve em discussão pública e é sobre o aditamento que esteve em discussão pública e não teve reclamação nenhuma.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Senhor Presidente, eu entendo o problema das discussões públicas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas eu quero que fique em acta que eu quero enviar para o Ministério Público as declarações que levaram a esta discussão e se elas enfermam de alguma ilegalidade e quero enviar essa informação.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Independentemente da legalidade...

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Da legalidade ou da ética ou do que entender.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Mas isso o Ministério Público não vai averiguar.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Averigua, se tiver interesses patrimoniais, que vejam que devem ser avaliados isso é considerado e bem.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Eu sinceramente, não tenho nada a ver com isso, agora que de facto moralmente me choca, choca.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O que é mais a base do assunto desta situação, é a moralidade.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Senhor Vereador, a moralidade é toda relativa desde que entramos nesse sistema de que é de um partido ou de outro, eu não quero entrar por aí, ou há interesse ou não há interesse, se há interesse e se alguém o protegeu deve ser punido, se não há deve ser esclarecido.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Com este tipo de comportamentos qualquer plano de urbanismo do concelho cair por terra.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Infelizmente o Senhor Vereador está enganado, onde eles foram violados mais vezes é numa gestão que o Senhor Vereador defende às vezes. Se decorreu o prazo, se ninguém reclamou, nós temos de tomar uma decisão sobre isto que é obrigatória por Lei, eu quero é que além da deliberação que nós os três votamos a favor disto, quero que depois de ter a informação completa feita pelo Senhor Arq.º para ver o que é que aconteceu no ano de 1980 e 1984 e justificar esta situação, quero enviar isso e saber se a legalidade dessas situações foi acautelada.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Só retractar as palavras do Senhor Dr. Silvano, o que disse é demasiado grave, sabe que já anda há 30 anos na vida política e sabe que isso não é uma coisa que se diga de forma fácil. Eu sugiro-lhe que objective mais a afirmação, porque isso pode ser objecto de apuramento no Ministério Público também.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Senhor Vereador nem percebeu o que eu disse. Eu não objectivo nada. Veja que em todos os mandatos excepto em alguns a que teve mais alterações são alterações a urbanismos legais, ninguém está a discutir o contrário, não estou a insinuar só estou a dizer que aconteceram.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas quando se lançam assim palavras para o ar levanta-se um manto de nevoeiro que as pessoas podem interpretar. Eu até lhe trazia aqui, para me retractar que houve um lapso que foi desenvolvido num dos artigos que eu ultimamente escrevi e por responsabilidade dos jornalistas, o Senhor levanta aqui uma frase em que eu até fiquei chocado em vê-la desta forma no jornal, que como podem estar assentes no esquema, quer dizer o esquema aqui poderia ter várias interpretações e até interpretações jurídicas, digamos que o esquema que estava no artigo era este que não foi apresentado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu estou há 15 anos na vida política, 11 como Presidente da Câmara e 4 como Presidente da Assembleia Municipal e há uma coisa que eu quero que fique clara, em toda a minha vida de político independentemente dos erros políticos que eu tenha ou não, questões que se levantam e que possam por em dúvida o interesse e o benefício das pessoas eu quero-os apurados, o CDS/PP já fez vários da outra vez, o Tribunal já lhe deu resposta desta vez pode fazer os que entender, quem diz do CDS/PP ou o PS, qualquer oposição e eu isso exijo, independentemente de cumprir a legalidade que aqui está hoje a votar, houve um processo, decorreu o prazo ninguém reclamou eu tenho que votar. Agora quero que e depois da Senhora Vereadora levantar essa questão, a Senhora Vereadora foi verificar as deliberações baseadas em 1980 e 1984 é que quero que seja feita uma informação e quero enviá-la eu, Presidente da Câmara para o Ministério Público que averigüe se houve alguma situação de ilegalidade. Eu quero é que as questões fiquem claras.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Nós também, sugerimos-lhe é que quando levanta esses assuntos assim dessa forma está a levantar suspeição sobre outras pessoas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu estou a dizer que foi sempre linha desta Câmara e basta o Senhor Vereador estar atento e ver todas as deliberações que aqui chegaram quase em modificação, ou pedidos de aumentos ou pedidos de situações de loteamentos, foram quase todas aprovadas nesta Câmara, é isso que eu estou a dizer.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Muito embora eu deva admitir que a única vez que me abstive foi de facto na alteração de tipologia e aí estamos a falar à área e nessa altura de facto eu abstive-me. Agora o que estava previsto uma habitação ser transformada em cinco, parece-me demasiado chocante.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O que está em causa actualmente é saber se na discussão pública alguém se opunha àquela modificação do loteamento. A discussão pública é publicada nos jornais locais, que é obrigatório durante 15 dias, qualquer vizinho que tenha algum interesse no processo estes são os primeiros a fazer queixa disso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu recuso-me a fazer política por ataques pessoais e também de trazer aqui questões jurídicas, porque quem resolve essas questões são os tribunais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com 3 votos a favor dos membros do PSD, 1 voto contra do Senhor Vereador do CDS/PP Dr. Hernâni Rodrigues e 1 abstenção da Senhora Vereadora do CDS/PP Dr.ª Graça Calejo, nos termos proposto:

- 1 – Aprovar o pedido de alteração do lote n.º 17, do Alvará de Loteamento n.º 03/1980, em nome de “Leopoldina de Castro Corte Real”, sito no lugar das Malhadinhas, em Mirandela;
- 2 – Notificar o requerente Dinis Humberto Veiga, do teor desta deliberação.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE

13 - Licenciamento de uma Obra de Edificação - João Francisco Esteves.

----- Foi presente um requerimento com entrada na Secção de Obras Particulares com o n.º 3112 de 04/07/2006 com o seguinte teor:

“João Francisco Esteves, estado civil casado, emigrante, contribuinte fiscal n.º 170 592 740 residente na localidade de Cedães código postal 5370 - 101 Cedães freguesia de Cedães município de Mirandela, titular do processo, tendo pendente nessa Câmara Municipal o processo referenciado em epígrafe, relativo a alteração à construção de moradia, vem requerer a V.ª Ex.ª se digne mandar juntar ao mesmo os seguintes documentos declaração para entrega de certidão no prazo de seis meses.”

----- Em 17/07/2006 o Técnico Superior do DUA emitiu a seguinte informação:

“Na continuação da informação anterior que mereceu despacho superior de concordância, o requerente apresentou requerimento solicitando a apresentação da certidão do registo predial em fase posterior, nos termos de deliberação camarária aplicável a este tipo de situações.

Tal como foi mencionado nessa informação o projecto de arquitectura cumpre o RGEU e assim sendo, com esta junção de documentos, sou de parecer que pode ser aprovado.

Deste modo sou de parecer que seja notificado o requerente a apresentar a declaração solicitando apresentação da certidão do registo predial em fase posterior, nos termos de deliberação camarária aplicável a este tipo de situações a fim de completar o requerimento.

Para conclusão do pedido de licenciamento o requerente deve entregar no prazo máximo de 6 meses (nos termos do n.º 4 do art.º 20 do Decreto-Lei 177/2001 de 4/6 a contar da notificação do acto que aprovar o projecto de arquitectura), os seguintes elementos/documentos:

- a) termo de responsabilidade pelo projecto de estabilidade;
 - b) termo de responsabilidade pelas medidas de verificação térmica;
 - c) termo de responsabilidade pelas medidas de verificação acústica;
 - d) factura de consumo de água ou projecto de redes prediais incluindo duas cópias a fim de ser solicitado parecer aos SMA;
 - e) factura de consumo de electricidade, ficha electrotécnica devidamente aprovada ou carta de viabilidade de alimentação de energia eléctrica;
 - f) factura telefónica caso exista telefone instalado ou projecto ITED caso não exista.
- À Consideração Superior.”

----- Pelo Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco em 21/07/2006 foi exarado o seguinte despacho:

“À reunião, para aprovação do procedimento.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Deferir, com a condição de no prazo de 6 meses após a emissão da licença de utilização a requerer pelo Senhor João Francisco Esteves, juntar ao processo respectiva certidão da Conservatória do Registo Predial;
- 2 – Notificar o requerente do teor desta deliberação.

DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

14 – DSEAS – Prestação de Apoios Sócio-Educativos/Aprovação de Protocolo – Câmara Municipal de Mirandela/Agrupamentos de Escolas do Concelho

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Senhor Chefe da Divisão de Serviços de Educação e Acção Social em 19/04/2006 com o seguinte teor:

“Como é do conhecimento de V. Ex.ª, foi efectuado entre esta Edilidade e os Agrupamentos Vertical de Escolas de Torre de Dona Chama, Horizontal de Escolas de Carvalhais e Vertical de Escolas Luciano Cordeiro - Mirandela um Protocolo visando o assunto referido em epígrafe, cujo objectivo é a comparticipação financeira por parte da Câmara Municipal, no âmbito da

educação pré escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, no que concerne à contratação da prestação de serviços de um psicólogo, com o objectivo de estudar e acompanhar os factos de consciência e de comportamento dos alunos com problemas práticos (educativos e sociais), procurando ajudar a solucionar os mesmos.

Para a realização do exposto, será necessária uma comparticipação a prestas pela Câmara Municipal, na forma de subsídio que será atribuída em duas fases:

1ª Fase - Abril de 2006

Agrupamento Vertical de Escolas de Torre de Dona Chama - 200,93€

Agrupamento Horizontal de Escolas de Carvalhais - 346,63€

Agrupamento Vertical de Escolas Luciano Cordeiro - Mirandela - 952,93€

2ª Fase - Será atribuída no 3º período escolar

Agrupamento Vertical de Escolas de Torre de Dona Chama - 200,93€

Agrupamento Horizontal de Escolas de Carvalhais - 346,63€

Agrupamento Vertical de Escolas Luciano Cordeiro - Mirandela - 952,93€

Pelo Exposto, solicito a V.ª Ex.ª que seja efectuado o cabimento de 3.000,98 Euros para o efeito.

À Consideração Superior

----- Esta informação vem acompanhada por um Protocolo entre a Câmara Municipal de Mirandela e os Agrupamentos de Escolas do Concelho que se dá por integralmente reproduzido.

----- Pela Senhor Vereador Dr.ª Gentil Vaz em 19/04/2006 foi exarado o seguinte despacho:

“Concordo e autorizo. À contabilidade para agir em conformidade.”

----- Processo de despesa n.º 1012 de 20/04/2006.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Este Protocolo vigorou entre Abril e Julho, é pouco tempo, eu pergunto se as obrigações do Agrupamento que constam aqui na cláusula 13ª de facto foram cumpridas, nomeadamente se foi apresentado um relatório das actividades.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Têm até 30 de Agosto para apresentarem.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Eu acho que este trabalho deve ser feito logo a partir do início do ano, logo após do diagnóstico das situações.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Ministério da Educação tem vagas à disponibilidade das escolas, a Câmara não vai estar a pagar situações que são da responsabilidade do Ministério, se o Ministério não colocar nenhuma psicóloga na escola aí torna-se evidente a discussão desta questão para saber se a Câmara deve continuar a apoiar ou não.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: O insucesso escolar do 1º ciclo é muito elevado, está na ordem do 7,4%, o abandono escolar ainda não desapareceu por completo e eu acho que grande parte destes números deve-se a disfunções de carácter emocional e social da parte dos miúdos.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu só gostaria que ficasse claro que isto é da responsabilidade do Ministério da Educação.

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio em conformidade e para os fins previstos no protocolo subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pelos Presidentes das direcções executivas dos Agrupamentos de Torre D. Chama, Carvalhais e Mirandela no valor total de 3.000,98€ (três mil euros e noventa e oito cêntimos).

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

----- Foi presente o assunto a seguir referido, por ter sido reconhecido, por unanimidade, a urgência da deliberação sobre o mesmo, nos termos do artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro.

15 – Pedido de Subsídio – Fábrica da Igreja Paroquial de Barcel.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 4839 de 19/06/2006 com o seguinte teor:

“Conforme solicitado em 1 de Março de 2005, venho novamente interceder junto de V. Excia no sentido de ajudar esta comunidade a recuperar a Capela de Nossa Senhora das Dores com o respectivo Altar.

Mais informamos que o Altar teve que ser retirado com urgência pois ameaçava ruir. (fotos em anexo)

Para além da recuperação do imóvel mais antigo da terra e da peça mais valiosa que possui, servirá como Capela Mortuária, prestando um serviço e um apoio a esta comunidade.

Junto também dois orçamentos, que mais não são do que uma estimativa, dos custos de recuperação da referida Capela.

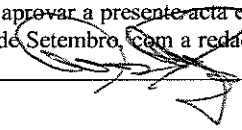
Com os melhores cumprimentos.”

----- O Senhor Presidente em 19/06/2006 exarou o seguinte despacho:

“À reunião após cabimento no valor de 16.000 Euros.”

----- Processo de despesa n.º 1836 de 01/08/2006.

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Fábrica da Igreja Paroquial de Barcel no valor de 16.000€ (dezasseis mil euros), para os fins propostos.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim  que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 11 horas e 15 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



DR. JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO AOS
SERVIÇOS OPERATIVOS



ÁUREA DO AMPARO PEREIRA